

EFEITO DO AMBIENTE INSTITUCIONAL DO BRASIL E CANADÁ NA EVIDENCIAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

PEDRO DE BARROS LEAL PINHEIRO MARINO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)
pedroblpmarino@gmail.com

RÔMULO ALVES SOARES
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)
romuloalves61@gmail.com

MÔNICA CAVALCANTI SÁ DE ABREU
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)
mabreu@ufc.br

SÍLVIA MARIA DIAS PEDRO REBOUÇAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)
smdpdro@gmail.com

Introdução

O estudo avalia a influência do ambiente institucional do Brasil e do Canadá sobre a extensão da evidenciação da responsabilidade social corporativa. Adota-se os pressupostos da teoria institucional para investigar se as estruturas que moldam o sistema nacional de negócios (político, financeiro, de educação, de trabalho e cultural) são capazes de influenciar o comportamento das empresas.

Problema de Pesquisa e Objetivo

Com base neste contexto, foi estabelecida a seguinte pergunta de pesquisa: Características dos sistemas nacionais de negócios do Brasil e do Canadá influenciam na extensão da divulgação de informações de responsabilidade social corporativa? É fundamental compreender quais são os principais fatores que afetam o desempenho social das organizações, especialmente, aqueles fora dos limites das empresas e, portanto, fora do controle direto de seus gestores e executivos.

Fundamentação Teórica

pela empresaO quadro institucional de cada país reflete a sua história distinta e as peculiaridades sócio-política da sua configuração (Jamali & Mirshak, 2007). No entanto, baseado na tese comum de globalização, o modelo ocidental da RSC está cada vez mais sendo introduzido nos países emergentes. Desta forma, o nível de convergência na RSC explícito pode ser materializado em função das pressões por isomorfismo (Jamali & Neville, 2011)

Metodologia

São adotados métodos quantitativos de análise, através de estatística descritiva e da análise de dados em painel. Foram considerados como variável dependente o total de evidenciação de informações de RSC, como variáveis independentes, elementos do ambiente institucional e de controle, o tamanho da empresa e a adoção das diretrizes da GRI.São analisadas empresas de materiais básicos, de operações de petróleo e gás e de utilidade pública, entre 2007 e 2014 com ações negociadas nas bolsas de valor

Análise dos Resultados

O modelo econométrico proposto fornece alguns passos iniciais no sentido de melhorar o entendimento de como o ambiente institucional pode influenciar respostas de RSC. Os resultados da pesquisa apontam que a extensão da evidenciação de RSC relaciona-se positivamente com os sistemas político e de trabalho e as dimensões culturais que envolvem aversão à incerteza e distância do poder; e negativamente com os sistemas financeiro e de educação e as dimensões culturais individualismo e masculinidade.

Conclusão

A pesquisa identifica o efeito de características do sistema nacional de negócios na extensão da divulgação de informação de RSC. A utilização dos indicadores para as estruturas institucionais que moldam o SNN permitem novos insights sobre o comportamento socialmente responsável das empresas. No campo gerencial, os resultados do trabalho indicam aos gestores que fatores externos são capazes de influenciar a extensão da evidenciação requerida pelos stakeholders.

Referências Bibliográficas

- Jamali, D., & Mirshak, R. (2007). Corporate social responsibility (CSR): theory and practice in a developing country context. *Journal of Business Ethics*, 72(3), 243-262.
- Jamali, D., & Neville, B. (2011). Convergence versus divergence of CSR in developing countries: an embedded multi-layered institutional lens. *Journal of Business Ethics*, 102:4, 599–621.

EFEITO DO AMBIENTE INSTITUCIONAL DO BRASIL E CANADÁ NA EVIDENCIAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

1 INTRODUÇÃO

A teoria de sistemas de negócios considera que as diferenças das práticas empresariais existentes entre os países pode ser explicada a partir do contexto institucional (Tempel & Walgenbach, 2007). Esta teoria defende que nações estão presas a uma determinada trajetória de desenvolvimento, refletindo diferenças nas configurações institucionais, que influenciam o papel e a estruturação das empresas (Brookes, Brewster & Wood, 2005). Os estados nacionais são, portanto, a principal unidade de competição política, de legitimidade, definidor e defensor dos direitos de propriedade privada, além de ser a influência predominante sobre as instituições do mercado de trabalho (Whitley, 2003).

As especificidades e distinções dos sistemas nacionais de negócios (SNN) dependem de como as características dos Estados e das instituições relacionadas são complementares em suas implicações nas empresas e mercados. Matten e Moon (2008) afirmam que as estruturas institucionais, especificamente, os sistemas político, financeiro, de educação, trabalho e cultural, são capazes de influenciar nas práticas explícitas de responsabilidade social corporativa (RSC).

Grecco et al. (2013) reforçam que a divulgação de informações sobre a responsabilidade social corporativa pode ser realizada através dos relatórios de sustentabilidade. Estes relatórios visam medir, divulgar e prestar contas aos *stakeholders* do desempenho social corporativo e financeiro. Tschopp, Wells e Barney (2012) reconhecem a necessidade de compreender a influência de instituições externas na promoção e difusão de padrões de responsabilidade social corporativa (RSC).

Segundo Jamali e Mirshak (2007) e Abreu, Cunha e Barlow (2015) evidências sugerem que diferenças no SNN entre países desenvolvidos e em desenvolvimento culturais e afetam a dinâmica de RSC. Este aspecto havia sido ressaltado por Jones (1999), que indicou a importância do ambiente sociocultural e o nível do desenvolvimento econômico nacional, assim como características do setor industrial e da empresa, como importantes variáveis que influenciam a compreensão da RSC e suas práticas.

Outrossim, Idemudia (2011); Kolk e Lenfant (2010) e Moon e Shen (2010) apontam que os países em desenvolvimento possuem questões sociais e arranjos institucionais únicos, geralmente, necessitando de abordagens e práticas de RSC diferentes das adotadas nos países desenvolvidos. O estudo das diferenças abordagens de RSC entre países desenvolvidos e em desenvolvimento ganha um novo contorno, na medida em que países em desenvolvimento surgem como novos atores globais, competindo com os países desenvolvidos por espaço na economia global, através de suas empresas.

O quadro institucional de cada país reflete a sua história distinta e as peculiaridades sócio-política da sua configuração (Jamali & Mirshak, 2007). No entanto, baseado na tese comum de globalização, o modelo ocidental da RSC está cada vez mais sendo introduzido nos países emergentes. Desta forma, o nível de convergência na RSC explícito pode ser materializado em função das pressões por isomorfismo (Jamali & Neville, 2011).

Esse novo cenário mundial pode ser exemplificado pelo caso do Brasil e Canadá. Entre 2007 e 2014, o Brasil passou da 10^a posição, logo após o Canadá, para a 7^a posição entre as maiores economias mundiais. Por sua vez, o Canadá passou da 9^a posição para a 11^a em 2014. Outra forma de avaliar os países é sob o aspecto do desenvolvimento humano. Nesse aspecto, os resultados canadenses são melhores que os brasileiros. Entre 2007 e 2014, o Índice de

Desenvolvimento Humano (IDH) do Canadá cresceu de 0,895 para 0,913, enquanto o do Brasil aumentou de 0,721 para 0,755 (UNDP, 2015).

Brasil e Canadá apresentam também características distintas em suas estruturas institucionais nacionais. Essas diferenças, por sua vez, afetam significativamente vários aspectos das organizações dos países (Delmas, 2002), entre elas as práticas de RSC (Matten & Moon, 2008). Dessa forma, os gestores comprometidos com a responsabilidade social corporativa devem compreender os fatores externos à organização, que influenciam a evidenciação de aspectos ambientais e sociais do seu desempenho corporativo.

Com base neste contexto, foi estabelecida o seguinte problema de pesquisa: *As características dos sistemas nacionais de negócios do Brasil e do Canadá influenciam na extensão da divulgação de informações de responsabilidade social corporativa?* Esta pesquisa justifica-se pois com a crescente atenção as atividades de RSC. É fundamental que se compreenda quais os principais fatores que afetam o desempenho social das organizações, especialmente aqueles fora dos limites das empresas e, portanto, fora do controle direto de seus gestores e executivos (Ioannou & Serafeim, 2012).

Este estudo auxilia os gestores na tomada de decisão, a partir da compreensão da influência dos sistemas nacionais de negócios nas práticas corporativas, em dois países com características distintas. Desta forma, o estudo possui como objetivos: mostrar como as forças que operam no campo institucional afetam no *disclosure* de RSC; e, ao estudar o ambiente institucional brasileiro e canadense, contribuir para o corpo de conhecimentos sobre evidenciação de práticas de RSC à luz das condições políticas, econômicas, sociais e culturais específicas dos países em desenvolvimento e desenvolvidos.

Para atingir o objetivo proposto, a próxima sessão apresenta o referencial teórico, que contempla a influência das características institucionais sobre a divulgação da práticas de responsabilidade social corporativa e as hipóteses da pesquisa. Em seguida, é apresentada a metodologia adotada na coleta nos relatórios de 13 empresas do Brasil com ações listadas na BM&FBovespa e 8 empresas do Canadá listadas *Toronto Stock Exchange*, entre o período de 2007 e 2014. Em sequência são apresentados os resultados e a sua discussão sobre a influência da dinâmica institucional do Brasil e Canadá na extensão da evidenciação de práticas de RSC, e por fim, as considerações finais do estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Ioannou e Serafeim (2012) utilizam o *framework* proposto por Whitley (1999) e analisam os impactos dos sistemas político, financeiro, de educação, trabalho e cultural na variação do desempenho social corporativo entre empresas de 42 países. O estudo foi realizado em uma série de 7 anos, e confirmou a existência de impactos significativos de todos estes sistemas no desempenho social corporativo.

Matten e Moon (2008), ao estudar como o contexto americano e europeu influenciam as práticas de RSC, argumentam que característica central que distingue os respectivos sistemas políticos é o engajamento que o Estado possui nas atividade econômicas e sociais. Ali and Rizwan (2013), afirmam também que o governo é um poderoso *stakeholder*, forçando a divulgação de informação de RSC nos países em desenvolvimento.

Yang, Craig e Farley (2015) reforçam a visão de que a divulgação de informação de RSC está sujeita ao contexto social e político do país em que a empresa opera. Em seu estudo os autores verificam que a divulgação de informação por parte das empresas chinesas, antes da entrada no mercado globalizado, era encarada como um custo adicional. No entanto, a ausência de informações constituía-se em uma barreira para o mercado internacional. Assim, o governo chinês passou a promover o *disclosure* para garantir a competitividade global de

empresas chinesas.

Bovaird e Löffler (2003) ressaltam que os governos não podem ser avaliados, somente pela qualidade de seus serviços, mas também pela forma como exercem suas responsabilidades políticas, ambientais e sociais. O governo passa, portanto, a ser avaliado pelo grau de implementação do conjunto de princípios e processos de governança, além dos resultados de suas políticas públicas.

A governança pode ser definida como as tradições e instituições pelas quais a autoridade de um país é exercida, incluindo o processo pelo qual os governos são selecionados, monitorados e substituídos. Kaufmann, Kraay e Mastruzzi (2009) reforçam a necessidade dos governos de desenvolverem a capacidade para formular e implementar políticas públicas, respeitando os cidadãos e as instituições, que governam as interações econômicas e sociais.

Lattermann, Kupke e Schneider (2007) aplicam a abordagem do ambiente de governança para comparar a comunicação de RSC entre empresas multinacionais chinesas e indianas, e comprovam que o ambiente de governança afeta a comunicação de RSC. Young e Marais (2012) também confirma que o sistema de governança dos países afeta a natureza da divulgação de informações de RSC. Os resultados encontrados por Li et al. (2010) mostram que a força motriz mais importante para a intensidade de comunicações de RSC são os fatores relacionados ao ambiente de governança do país, seguido pelos fatores relacionados ao setor e à empresa.

Para mensurar os vários aspectos do ambiente de governança nos países, Kaufmann, Kraay e Zoido-Lobaton (1999) desenvolveram os *Worldwide Governance Indicators* (WGI), que avalia a qualidade da governança em seis aspectos: voz e responsabilização, estabilidade política, eficácia do governo, qualidade regulatória, estado de direito e controle da corrupção. Conforme argumentam Baughn, Body e McIntosh (2007), baixos níveis de corrupção são apontados como fortes preditores do comportamento de RSC, por parte das empresas de um país. Segundo Yang, Craig e Farley (2015), pesquisas mostram que a regulamentação por parte do governo chinês possui relação positiva com o nível de *disclosure* socioambiental. Dessa forma, depreende-se a primeira hipótese de pesquisa:

H₁: A extensão da evidência de RSC está positivamente relacionada à qualidade da governança pública dos países.

A teoria institucional argumenta que as empresas irão adotar determinados comportamentos para obter acesso a recursos financeiros e os investidores e o suporte de *stakeholders* estratégicos (Dimaggio & Powell, 1983). Segundo Whitley (1999), a principal característica do sistema financeiro nacional é a sua dependência do mercado de ações ou de crédito bancário (ou proveniente de grandes investidores). Os países que dependem do mercado de capitais, como é o caso dos Estados Unidos, necessitam fornecer um maior grau de transparência e *accountability* para os investidores (Matten & Moon, 2008). Segundo Ali e Rizwan (2013), os investidores tem uma grande influência no *disclosure* de RSC das empresas que operam em mercados em desenvolvimento.

O mercado de ações requer maior *disclosure* informacional do que o financiamento bancário, porque o detentor da ação suporta mais risco do que o titular da dívida (Debreceeny, Gray & Rahman, 2002). Segundo Yang, Craig e Farley (2015), pesquisas no mercado chinês apontam que após o lançamento do mercado de ações de Xangai, o *disclosure* de RSC nos relatórios anuais aumentou tanto em conteúdo como em sua forma. Uma possível justificativa pode ser que o *disclosure* de RSC parece fornecer informações relevantes aos investidores sobre o desempenho da empresa e, também, reduz o custo de capital das empresas (El Ghoul, Guedhami, Kwok & Mishra, 2011; Dhaliwal, Li, Tsang & Yang, 2014; Michelon, Pilonato & Ricceri, 2015).

Dessa forma, depreende-se que a divulgação de informação de RSC pode estar relacionada com a dificuldade ou facilidade com que as empresas conseguem captar dinheiro no mercado, seja de ação ou de crédito. O *World Economic Forum* em seu *Global Competitiveness Report* define que os mercados financeiros mais eficientes são caracterizados por preços que refletem toda a informação pública disponível e pela capacidade das empresas em captar dinheiro através do lançamento de ações no mercado (Schwab & Sala-I-Martin, 2015). Assim, em mercados mais eficientes, onde existe uma maior facilidade por parte das empresas em captar dinheiro no mercado, existiria um menor incentivo para a divulgação de informações relacionadas à responsabilidade social corporativa. Dessa forma é estabelecida a segunda hipótese de pesquisa:

H₂: A extensão da evidenciação de RSC está negativamente relacionada com a facilidade das empresas em captar dinheiro.

Whitley (1999) define que o sistema responsável por desenvolver e controlar as competências e habilidades dos trabalhadores é composto por dois subsistemas interligados (Ioannou & Serafeim, 2012): o sistema de educação, que desenvolve e certifica as competências e habilidades; e o sistema de trabalho, formado pelas instituições que controlam os termos nos quais os proprietários dessas habilidades as vendem no mercado de trabalho.

Pesquisas recentes mostram que a prática de RSC está relacionada ao nível educacional dos gestores (Huang, 2013) e dos investidores (Cheah, Jamali, Johnson & Sung, 2011). O nível educacional pode afetar as decisões dos investidores, pois, ao possuir maior nível educacional, eles tendem a ser mais conscientes dos impactos socioambientais das atividades empresariais e céticos às informações constantes nos relatórios das empresas. Huang (2013) indica uma relação positiva entre a especialização educacional dos CEOs e o desempenho de RSC, sendo o principal fator que influencia o desempenho de RSC de uma empresa. Espera-se que a qualidade do sistema educacional do país afete na divulgação de informações de RSC, devido à provável existência de investidores, gestores e clientes mais conscientes em relação aos impactos socioambientais das empresas.

Outro aspecto desse sistema diz respeito ao mercado de trabalho. Segundo Whitney (1999), uma das características-chaves dos sistemas de negócios são as relações de trabalho, principalmente no que diz respeito à cooperação entre empregado e empregador. Diversos padrões e metodologias utilizadas para medir o *disclosure* de RSC analisam os aspectos relacionados aos empregados como sua quantidade, bem-estar, educação, treinamento e desenvolvimento, participação nos lucros, saúde e segurança no trabalho e ações de prevenção ao trabalho infantil e forçado (Orlitzky, Louche, Gond & Chapple, 2015; Rufino & Machado, 2015; Muttakin, Khan & Subramaniam, 2015).

Ressalta-se que o surgimento da RSC está relacionado com a necessidade das empresas em atender a um grupo cada vez maior de *stakeholders*. Assim, as divulgações de informações tornam-se mais ricas e melhores na medida em que busca atender às demandas realizadas por grupos particulares de *stakeholders* (van Der Laan, 2009). Dessa forma, espera-se que, quanto melhor forem as relações entre empregadores e empregados, maior será a extensão do *disclosure* de RSC. Assim, são estabelecidas as seguintes hipóteses de pesquisa relacionadas aos sistemas de educação e de trabalho:

H_{3,1} A extensão da evidenciação de RSC está positivamente relacionada à maior qualidade do sistema de educação do país.

H_{3,2}: A extensão da evidenciação de RSC está positivamente relacionada à maior qualidade da relação entre empregado e empregador do país.

O sistema cultural de um país tem como característica a importância das instituições formais e das normas comuns regulando as relações de confiança e autoridade, além da predominância, ou não, de relações paternalistas (Whitley, 1999). Segundo Matten e Moon

(2008), em países em que as pessoas são mais predispostas a serem participativas, filantrópicas, céticas em relação a governos grandes e confiantes no valor moral do capitalismo, existe uma maior predisposição do empresariado em se comportar de forma mais socialmente responsável.

Dessa forma, existe uma menor dependência das instituições formais, como sindicatos, associações trabalhistas, Igreja ou o Estado, para que haja o comportamento socialmente responsável por parte da empresa. Jones (1999) argumenta que certas características socioculturais são necessárias para que a responsabilidade social se manifeste na gestão. De forma similar, Katz, Swanson e Nelson (2001) argumentam que certas características culturais aumentam a probabilidade do país se envolver com o ativismo ambiental.

Diversos estudos utilizam as dimensões culturais aversão à incerteza, distância do poder, individualismo e masculinidade, propostas por Hofstede (1983), para explicar as diferenças nas práticas de RSC. Orij (2010) utiliza essas dimensões para explicar a variabilidade nas práticas sociais e ambientais das empresas. A pesquisa de Jia, Lent e Zeng (2014) examina o efeito da dimensão cultural masculinidade na má elaboração dos relatórios financeiros. Segundo Khlif, Hussainey e Achek (2015), as pesquisas sugerem que a cultura pode desempenhar um papel crítico na determinação do comportamento gerencial relacionado à divulgação de informações financeiras e não financeiras.

Katz, Swanson e Nelson (2001) argumentam que, quanto maior forem os níveis de aversão à incerteza e menor em termos de distância do poder, do individualismo e masculinidade será mais provável que o país esteja mais envolvido com o ativismo ambiental. Em sociedades mais individualistas, os gerentes das empresas podem demonstrar menor preocupação com o impacto das atividades da empresa na sociedade, focando-se na maximização de seus próprios retornos e necessidades dos investidores (Ringov & Zollo, 2007).

Gestores operando em sociedades mais coletivistas irão dedicar mais esforços para manter ações sustentáveis, especialmente, quando têm recursos suficientes gerados por um bom desempenho financeiro. Khlif, Hussainey e Achek (2015) realizaram uma meta-análise numa amostra de 48 estudos, em um período de 20 anos, e encontram que as dimensões individualismo e masculinidade moderam a associação entre rentabilidade e o *disclosure* de RSC. Assim, é possível estabelecer as seguintes hipóteses de pesquisa:

H_{4.1}: A extensão da evidenciação de RSC está positivamente relacionada com a dimensão cultural de aversão à incerteza.

H_{4.2}: A extensão da evidenciação de RSC está negativamente relacionada com a dimensão cultural de distância do poder.

H_{4.3}: A extensão da evidenciação de RSC está negativamente relacionada com a dimensão cultural de individualismo.

H_{4.4}: A extensão da evidenciação de RSC está negativamente relacionada com a dimensão cultural de masculinidade.

A evidenciação possibilitará uma imagem pública favorável, esperando mais investimentos, vendas, crescimento financeiro e mais legitimidade com seus principais *stakeholders* (TANG; LI, 2009). Empresas globais enfrentam pressões de mercado e institucionais para serem socialmente responsáveis e divulgarem suas práticas relacionadas à responsabilidade social corporativa (Golob & Bartlett, 2007). Abreu et al. (2015) reforçam, no entanto, que uma maior atenção deve ser dada a relação entre o campo organizacional e a dinâmica institucional, com impacto nas diferentes abordagens de RSC entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa descritiva e correlacional. Adota-se enfoque quantitativo, que utiliza a coleta e a análise de dados para responder as questões e hipóteses de pesquisa, por meio do uso de análises multivariadas de dados para estabelecer os padrões de comportamento das variáveis estudadas.

Foram selecionadas empresas que integram o ranking das 2000 maiores empresas da Forbes, no ano de 2008 (com dados referentes ao ano de 2007). Dessas empresas foram escolhidas para análise aquelas pertencentes aos setores de materiais básicos, de petróleo e gás e de utilidade pública. Por fim, foram selecionadas somente as empresas de capital aberto com ações negociadas nas bolsas de valores do Brasil (BM&FBovespa) e do Canadá (*Toronto Stock Exchange*), entre o período de 2007 e 2014. Em seguida, foi verificado nos *sites* institucionais das empresas e no banco de dados da GRI os relatórios de sustentabilidade ou similares disponíveis em todos os anos.

Para avaliar a extensão da divulgação de informação de RSC foram utilizados os indicadores de desempenho da GRI (2011). Esses indicadores foram organizados em duas dimensões, conforme a metodologia proposta por Fischer e Sawczyn (2013). A dimensão ambiental envolve uma pontuação máxima de 54 (EN2, EN3, EN4, EN8, EN21, EN11, EN12, EN16, EN17, EN19, EN20, EN22, EN26, EN27 e EC2) e a dimensão social envolve uma pontuação máxima de 84 (LA1, LA2, LA7, LA10, LA13, LA14, HR4, HR6, HR7, SO2, SO4, EC6, EC8, PR1 e PR3). Em seguida, essas duas dimensões foram condensadas em uma dimensão total.

Conforme estabelecido por Fischer e Sawczyn (2013) cada categoria foi pontuada de 0 a 6, seguindo a seguinte metodologia: 0 quando não é divulgada informação; 1 quando a informação de desempenho é apresentada em termos absolutos ou relativos. Soma-se mais 1 ponto quando, além da informação em termos absolutos ou relativos, ela também é dada: em relação a empresas semelhantes/rivais ou setor; em comparação com períodos passados; em relação às metas estipuladas; de forma normalizada ou de forma desagregada.

Naquelas categorias que apresentam mais de um indicador (ex.: Categoria 2 formada pelo indicador EN3 e EN4), cada um foi avaliado separadamente e depois considerada a maior pontuação entre eles. O resultado obtido para a dimensão total do *disclosure* foi dividido pela pontuação máxima, resultando em um indicador com valor entre 0 e 1.

As variáveis independentes estão relacionadas às estruturas institucionais que compõem os sistemas nacionais de negócios do Brasil e Canadá. O quadro 1 apresenta uma síntese das variáveis independentes relacionadas às hipóteses de pesquisa e a fonte dos dados.

Quadro 1 - Variáveis independentes utilizadas na pesquisa e a fonte de dados

Variáveis	Indicador	Fonte dos dados
Qualidade do Sistema Político	<i>Worldwide Governance Indicators</i>	<i>The World Bank</i>
Eficiência Financeiro	Indicador <i>Financing through local equity market</i>	<i>Global Competitiveness Index (GCI) do World Economic Forum (WEF)</i>
Qualidade do Sistema de Educação	Indicador <i>Quality of the education system</i>	
Cooperação do Sistema de Trabalho	Indicador <i>Cooperation in labor-employer relations</i>	
Características Culturais do Sistema	Indicadores das dimensões culturais de Hofstede	<i>The Hofstede Centre</i>

Fonte: elaborado com base na pesquisa de campo

Além desses indicadores, foram consideradas duas variáveis de controle: tamanho da empresa e adoção do padrão da GRI. Nesta pesquisa, o tamanho da empresa foi medido pelo logaritmo natural do Ativo Total medido em reais. Aquelas empresas que informaram o Ativo total em moeda estrangeira, tiveram seus valores convertidos em reais segundo a cotação do último dia do ano de referência.

Devido à natureza da variável dependente, também foi controlada a influência da adoção do padrão da GRI nos relatórios das empresas, que pode contribuir para a maior extensão na divulgação de informações relacionadas à RSC. A adoção das diretrizes da GRI foi operacionalizado através de uma variável binária, na qual 1 representa a adoção das diretrizes.

Para o teste das hipóteses foram utilizadas técnicas estatísticas para análise de dados em painel. O método de análise de dados em painel constitui-se de uma combinação de corte transversal e longitudinal, possuindo, dessa forma, duas dimensões: a temporal e a espacial (Sonaglio, Zamberlan, Lima & Campos, 2010). O modelo utilizado para testar as hipóteses de pesquisa foi:

$$DSC_{it} = \beta_{0i} + \beta_1 POL_{it} + \beta_2 FIN_{it} + \beta_3 EDU_{it} + \beta_4 TRA_{it} + \beta_5 CULT_{it} + \beta_6 TAM_{it} + \beta_7 GRI_{it} + \mu_{it}.$$

Onde DSC é o indicador de *disclosure* de RSC (dimensão ambiental, social e total); POL é o indicador de qualidade do Sistema Político; FIN é o indicador de eficiência do Sistema Financeiro; EDU é o indicador de qualidade do Sistema de Educação; TRA é o indicador de cooperação do Sistema de Trabalho; CULT é o indicador das características do Sistema Cultural do país; TAM é o logaritmo natural do ativo total; e GRI é a variável binária que identifica se a empresa utilizou as diretrizes da GRI.

Para a estimação desse modelo foram adotados três modelos de dados em painel: efeitos fixos, aleatórios e *pooled*. Para a realização dos testes foram utilizados os programas estatísticos STATA[®] versão 12 e R versão 3.2.3.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A amostra de pesquisa foi formada por 21 empresas. No total obteve-se 168 observações, divididas entre 104 observações no Brasil e 64 no Canadá. Para permitir uma melhor comparação entre os indicadores, todos eles foram padronizados numa mesma escala com valores entre o intervalo de 0 e 1. Na Tabela 1 é apresentada os valores para as variáveis relacionadas ao sistema nacional de negócios do Brasil e Canadá.

Tabela 1 - Estatística descritiva das variáveis do Sistema Político no período de 2007-2014

Indicador	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Min.	Máx.	Média	Desvio Padrão
Brasil												
POL	0,48	0,49	0,51	0,52	0,52	0,51	0,49	0,49	0,48	0,52	0,50	0,02
FIN	0,68	0,66	0,61	0,56	0,61	0,58	0,55	0,52	0,52	0,68	0,60	0,06
EDU	0,36	0,39	0,43	0,45	0,43	0,42	0,43	0,39	0,36	0,45	0,41	0,03
TRA	0,60	0,62	0,60	0,58	0,60	0,61	0,59	0,53	0,53	0,62	0,59	0,03
Canadá												
POL	0,82	0,82	0,83	0,82	0,82	0,82	0,82	0,83	0,82	0,83	0,82	0,00
FIN	0,78	0,73	0,67	0,67	0,71	0,69	0,67	0,70	0,67	0,78	0,70	0,04
EDU	0,75	0,80	0,82	0,81	0,77	0,77	0,75	0,75	0,75	0,82	0,78	0,03
TRA	0,69	0,70	0,70	0,71	0,72	0,72	0,70	0,71	0,69	0,72	0,71	0,01

Fonte: *The World Bank* (2015).

Utilizou-se para comparar a cultura brasileira e canadense as quatro dimensões culturais propostas por Hofstede (1983), que envolvem a distância do poder; masculinidade; individualismo e aversão à incerteza. Na tabela 2 são apresentados os valores dessas dimensões culturais para o Brasil e Canadá.

Tabela 2 - Dimensões culturais de Hofstede, Brasil e Canadá

País	Distância do poder	Aversão à incerteza	Individualismo	Masculinidade
Brasil	0,69	0,76	0,38	0,49
Canadá	0,39	0,48	0,80	0,52

Fonte: elaborado com base no The Hofstede Centre (2015).

As diferenças nos resultados das estruturas institucionais (com exceção da dimensão cultural masculinidade, que são bem próximos) indicam a distinção entre os ambientes institucionais do Brasil e do Canadá. Dessa forma, torna-se relevante investigar as diferenças na influência do ambiente institucional brasileiro e canadense na extensão da divulgação de informação de responsabilidade social corporativa das empresas.

A divulgação de informação foram consideradas de acordo com o ano de referência do relatório. A tabela 3 apresenta a estatística descritiva da variável da dimensão total do *disclosure*. A extensão máxima desta dimensão no Brasil foi de 51% e no Canadá foi de 43%. No período a divulgação média do Brasil foi superior à canadense em praticamente em todos os anos, com exceção de 2009 quando foram iguais.

Tabela 3 - Estatística descritiva da variável da dimensão total do *disclosure*, 2007-2014

País		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Brasil	Mínimo	0,00	0,00	0,00	0,01	0,03	0,04	0,04	0,05	0,00
	Máximo	0,39	0,42	0,43	0,44	0,51	0,49	0,47	0,38	0,51
	Média	0,18	0,20	0,20	0,24	0,25	0,26	0,23	0,22	0,22
	Desvio Padrão	0,13	0,12	0,13	0,13	0,14	0,14	0,14	0,12	0,03
Canada	Mínimo	0,00	0,00	0,08	0,03	0,05	0,06	0,07	0,00	0,00
	Máximo	0,36	0,43	0,42	0,42	0,41	0,43	0,43	0,39	0,43
	Média	0,15	0,17	0,20	0,18	0,20	0,20	0,22	0,20	0,19
	Desvio Padrão	0,09	0,13	0,10	0,10	0,09	0,09	0,09	0,10	0,02

Fonte: elaborado a partir dos dados da pesquisa de campo

Com o intuito de verificar se as diferenças entre as médias das variáveis entre os países são estatisticamente significantes, foram realizados testes t para amostras independentes. Além disso, foram realizados testes similares para verificar se as médias das variáveis relacionadas à divulgação de informação de RSC apresentam comportamento distinto entre os setores de atuação. Para isso foram realizados testes não paramétricos, especificamente o teste de Mann-Whitney (ou Wilcoxon).

Primeiro foi realizado o teste para as variáveis das estruturas institucionais que caracterizam os Sistemas Nacionais de Negócios. Na Tabela 4 são apresentados os resultados para os testes que mostram que os valores encontrados para os países são estatisticamente diferentes ao nível de significância de 0,001.

Tabela 4 - Teste Wilcoxon não paramétrico de igualdade de médias entre as estruturas institucionais

Variáveis do Ambiente Institucional	Variância Ajustada	z	p
Qualidade do Sistema Político	90,67	-3,361	0,0008
Eficiência do Sistema Financeiro	90,67	-3,046	0,0023
Qualidade do Sistema de Educação	90,67	-3,361	0,0008
Cooperação do Sistema de Trabalho	90,67	-3,361	0,0008

Fonte: elaborado a partir dos dados da pesquisa de campo

Em seguida, foi realizado o teste para comparar a diferença no *disclosure* total por país, para comparar as médias brasileiras e canadenses. Os resultados mostram que as médias dos *disclosures* são iguais em todos os anos, são apresentados na tabela 5.

Tabela 5 - Teste não paramétrico Wilcoxon do *disclosure* total, por país e ano

Ano	Variância Ajustada	z	p
2007	190,30	0,399	0,6901
2008	190,30	0,689	0,4910
2009	190,30	0,000	1,0000
2010	190,42	0,616	0,5379
2011	190,17	0,363	0,7169
2012	189,43	0,218	0,8275
2013	190,30	-0,399	0,6901
2014	190,30	-0,254	0,7997

Fonte: elaborado a partir dos dados da pesquisa de campo.

Para a análise de dados em painel foram testados três modelos: *pooled*, efeitos fixos e efeitos aleatórios. Os modelos foram testados para a dimensão total do *disclosure* que é resultado da soma das dimensões ambiental e social. O teste Lagrange de Breusch-Pagan entre o modelo de *pooled* e de efeitos aleatórios resultou em um p valor de 2,2e-16. Desta forma, aceita-se o modelo de efeitos aleatórios.

Em seguida, foi realizado o teste F *pooled* e de efeitos fixos, obtendo p valor de 2,2e-16, rejeitando-se o modelo *pooled*. Por fim, foi realizado o teste de Hausman para verificar qual modelo é preferível, o de efeitos fixos ou aleatórios. O resultado do teste foi um p valor de 0,4060, que leva a rejeitar o modelo de efeitos fixos conforme observa-se na tabela 6. O modelo apresentou um R ajustado de 0,29 e um p valor inferior a 0,1%, considerado, dessa forma, significativo. Neste modelo todas as variáveis do ambiente institucional são significantes.

Tabela 6 – Resultados do modelo de efeitos aleatórios para a dimensão total do *disclosure*

	Coefficiente	Erro padrão	T	P
POL	1,7654	0,5602	3,1512	0,0019**
FIN	-0,6343	0,1287	-4,9267	2,07e-06***
EDU	-0,7688	0,2567	-2,9954	0,0032**
TRA	0,8533	0,2622	3,2544	0,0014**
CULT				
Intercepto	0,0174	0,1613	0,1082	0,9140
INDV	-0,8301	0,3227	-2,5723	0,0110*
Intercepto	-1,0999	0,5163	-2,1305	0,0347*
DIST	1,1621	0,4518	2,5723	0,0110*
Intercepto	-1,2443	0,5702	-2,1821	0,0306*
AVER	1,2451	0,4841	2,5723	0,0110*
Intercepto	5,3965	2,0370	2,6493	0,0089**
MASC	-11,6213	4,5178	-2,5723	0,0110*
GRI	0,1316	0,0324	4,0597	7,67e-05**
TAM	-0,0264	0,0102	-2,5962	0,0103*
R	0,3026			
R ajustado	0,2882			
F	9,9158			
P	2,9736e-10			

Nota. POL: Sistema Político; FIN: Sistema Financeiro; EDU: Sistema de Educação; TRA: Sistema de Trabalho; INDV: Individualismo; DIST: Distância do poder; AVER: Aversão à incerteza; MASC: Masculinidade. Foram criados 4 modelos para cada uma das dimensões culturais avaliadas. Fonte: dados da pesquisa.

O símbolo de * indica que a variável é significativa a 5%; ** a 1%; *** a 0,1%.

Os sistemas político, de educação e de trabalho foram significativos a 1%, o sistema financeiro foi considerado significativo a 0,1% e as variáveis do sistema cultural foram consideradas estatisticamente significantes a 5%. As variáveis de controle foram consideradas significantes ao nível de 0,1%, para a adoção do GRI, e 5% para o tamanho da empresa. Apesar da significante, não é possível suportar as hipóteses de que a extensão da evidência está positivamente relacionada à maior qualidade do sistema de educação do país e negativamente relacionada com a dimensão cultural de distância do poder. Com base nestes resultados não foi possível suportar apenas duas hipóteses de pesquisa ($H_{3.1}$ e $H_{4.2}$).

A pesquisa confirma a influência do ambiente institucional do Brasil e do Canadá na extensão da evidência da responsabilidade social corporativa. Os resultados da análise de dados em painel apontam que a extensão da divulgação de informação de RSC se relaciona positivamente com o sistema político, sistema de trabalho e as dimensões culturais relacionadas à aversão à incerteza e à distância do poder. Por outro lado, relaciona-se negativamente com o sistema financeiro e de educação e as dimensões culturais individualismo e masculinidade. O quadro 2 apresenta como as estruturas institucionais destes dois países podem ser representadas comparativamente.

Quadro 2 - Comparação entre as estruturas institucionais do Brasil e Canadá, 2007-2014

País	Político	Financeiro	Educação	Trabalho	Cultura
Brasil	Menor qualidade do Sistema Político	Maior dificuldade em captar dinheiro no mercado	Menor qualidade do Sistema de Educação	Menor cooperação entre empregado e empregador	Desigualdade Aversa à incerteza Coletivista Menos competitiva
Canadá	Maior qualidade do Sistema Político	Maior facilidade em captar dinheiro no mercado	Maior qualidade do Sistema de Educação	Maior cooperação entre empregado e empregador	Igualdade Aceita incerteza Individualista Mais competitiva

Fonte: desenvolvido com base nos resultados da pesquisa.

O indicador do sistema político aponta uma maior fragilidade da governança pública brasileira em comparação ao Canadá. Os dados desse indicador para o período colocam o Canadá acima de 90% dos países analisados pelo Banco Mundial, enquanto o Brasil encontra-se abaixo de 50% (The World Bank, 2015). O sistema político, operacionalizado pelo indicador da qualidade da governança pública do país confirma sua influência positiva na extensão da evidência. Esse resultado corrobora pesquisas anteriores que identificaram relação entre o governo ou o sistema de governança pública e a RSC. Diversos estudos apontam que o sistema de governança dos países afeta a natureza da divulgação de informações de RSC (Lattermann, Kupke & Schneider, 2007; Li *et al.*, 2010; Young & Marais, 2012).

Os dados referentes ao sistema financeiro mostram que, entre 2007 e 2014, tornou-se mais difícil para empresas brasileiras e canadenses conseguirem captar dinheiro no mercado de capitais. Em 2011, houve uma ligeira melhora do indicador, seguida por uma nova queda até 2013. O comportamento brasileiro, em 2014, continuou a trajetória decrescente, enquanto no Canadá o indicador apresentou melhoras.

Em relação ao sistema financeiro encontrou-se uma relação negativa entre a facilidade das empresas em captar dinheiro no mercado de capitais e a extensão do *disclosure* de RSC. Dessa forma, quanto maior for a facilidade das empresas em obter dinheiro no mercado de ações, menor será o incentivo para que elas divulguem mais informações de RSC. Os resultados da pesquisa se alinham a outras que analisam o impacto da divulgação de informação de RSC e a redução do custo de capital das empresas (Gonçalves, 2011; Rover, 2013; Dhaliwal *et al.*, 2014).

No período analisado, o indicador canadense do sistema de educação teve uma ligeira melhora entre 2007 e 2009, mas terminou com valores similares ao início. O Brasil apresentou um melhora de 9%, porém com valores ainda muito inferiores aos canadenses. O resultado para a influência da qualidade do sistema de educação na extensão do *disclosure* foi estatisticamente significativo. Porém, a relação encontrada foi contrária à estabelecida na hipótese de pesquisa. Este resultado contraria pesquisas recentes que mostram relação positiva entre as práticas de RSC e o nível educacional dos gestores (Huang, 2013) e dos investidores (Cheah *et al.*, 2011).

A partir desse resultado podem ser estabelecidas três possíveis explicações. A primeira diz respeito ao indicador utilizado. Em pesquisas anteriores os indicadores relacionados à educação estavam relacionados ao nível de formação do gestor (Huang, 2013). No entanto, nesta pesquisa a educação foi caracterizada pela qualidade do sistema, medido por sua capacidade de ensinar as habilidades relevantes para uma economia competitiva. Dessa forma, os resultados apontam que os sistemas de educação mais voltados ao atendimento das necessidades do mercado não são capazes de influenciar positivamente a extensão da divulgação de RSC.

Outra forma de interpretar essa informação está relacionada aos possíveis comportamentos das empresas que atuam em países com alto nível de educação e remete ao framework proposto por Matten e Moon (2008). Segundo os autores, em países nos quais o sistema educacional é centralizado no governo, as empresas desenvolvem menos formas explícitas de RSC (por exemplo, relatórios de sustentabilidade) e optam por formas mais implícitas de RSC. Assim, de forma análoga, os resultados podem apontar que a qualidade do sistema de educação levaria as empresas a utilizarem menos as formas explícitas de RSC, optando por formas mais implícitas, o que levaria a uma menor divulgação sobre determinadas áreas de RSC.

Os resultado de Ioannou e Serafeim (2012) apontam para outra relação entre a qualidade do sistema de ensino e a extensão da divulgação de RSC. Segundo os autores, empresas com forte desempenho social corporativo atraem e retêm empregados de alta qualidade, porque esses empregados preferem trabalhar para empresas que agem dessa forma. Assim, caso a disponibilidade de capital humano mais qualificado seja mais limitada em um país, as empresas iriam competir entre si por esse capital humano, tornando-se mais atraentes aos “futuros” empregados através de uma maior divulgação do seu desempenho de RSC.

Os dados do sistema de trabalho do Brasil mostraram-se inferiores aos do Canadá, com uma diferença média de 10%. No final do período, o indicador do Brasil apresentou uma queda mais acentuada, enquanto o canadense um ligeiro aumento, reforçando o resulta de uma maior cooperação no Canadá entre empregado e empregador.

O resultado para sistema de trabalho essa variável foi positivo e estatisticamente significativo. Outros trabalhos que analisam o papel do sistema de trabalho na RSC apontam que a relação é positiva, devido à importância dos empregados como um dos principais *stakeholders* da empresa (Ioannou & Serafim, 2012). Assim, quanto melhor for a cooperação entre empregado e empregador é natural que os relatórios de sustentabilidade divulguem mais informações para atender às necessidades daqueles.

O sistema cultural do Brasil foi caracterizado com uma maior distância do poder, do que o Canadá, refletindo uma sociedade que acredita que hierarquia deve ser respeitada e a desigualdade entre as pessoas é aceitável (The Hofstede Centre, 2015). A aversão à incerteza brasileira foi considerada maior que a canadense. Esta é uma característica das sociedades latino americanas, que mostra forte necessidade de regras e sistemas legais complicados para estruturar a sociedade.

Por outro lado, os dados para a dimensão individualismo indica que o Brasil é um país

mais coletivista, enquanto, o Canadá é um país mais individualista. A dimensão masculinidade possui pouca diferença entre os países, podendo o Brasil ser classificado dentro do espectro feminino, que é mais orientado para a cooperação, solidariedade e qualidade de vida, enquanto, o Canadá está mais próximo do espectro masculino, que dá mais ênfase à competição e a recompensas.

Os resultados encontrados para as hipóteses referentes ao sistema cultural permitiram suportar aquelas relacionadas às dimensões culturais de aversão à incerteza, individualismo e masculinidade. No entanto, a relação encontrada para a dimensão cultural de distância do poder foi contrária à hipótese estabelecida.

Esses resultados corroboram com Jones (1999), Matten e Moon (2008) e Katz, Swanson e Nelson (2001) que argumentam que determinadas características socioculturais são necessárias para que a RSC se desenvolva. Katz, Swanson e Nelson (2001), por exemplo, argumentam que, quanto maior um país for nos níveis de aversão à incerteza e menor em termos de distância do poder, individualismo e masculinidade, será mais provável que esteja mais envolvido com o ativismo ambiental. Os resultados para a relação entre o individualismo e o *disclosure* podem sinalizar que em sociedades mais individualistas. Gestores podem demonstrar menor preocupação com o impacto das atividades da empresa na sociedade, focando-se na maximização de seus próprios retornos e necessidades dos investidores (Ringov & Zollo, 2007). Raciocínio similar pode ser aplicado à dimensão masculinidade, ou seja, empresas que operam em países com cultura mais competitiva e voltada a recompensas materiais teriam menos incentivos para se engajar em práticas socialmente responsáveis.

Os resultados para a dimensão cultural de distância do poder sinalizam que as empresas que atuam em sociedades onde se acredita que hierarquia deve ser respeitada e a desigualdade entre as pessoas é aceitável, podem adotar práticas de RSC com o intuito de criar uma imagem pública favorável, esperando com isso mais investimentos, vendas, crescimento financeiro e de legitimidade com seus principais *stakeholders* (Tang & Li, 2009). Essa relação pode ocorrer porque altos níveis de distância do poder geram um senso de obrigação nobre por parte dos executivos empresariais de dar atenção às necessidades dos seus *stakeholder* e da sociedade de forma mais abrangente (Ioannou & Serafeim, 2012).

A relação entre a aversão à incerteza e a extensão de *disclosure* pode ser justificada pela forte necessidade de regras e sistemas legais para estruturar a vida, nas sociedades com essa característica. Dessa forma, essa característica está, em parte, relacionada a algumas características do sistema político que, conforme discutido anteriormente, é definido por sua qualidade regulatória e o Estado de Direito.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa identifica o efeito de características do sistema nacional de negócios na extensão da divulgação de informação de RSC. A utilização dos indicadores para as estruturas institucionais que moldam o SNN permitem novos *insights* sobre o comportamento socialmente responsável das empresas. No campo gerencial, os resultados do trabalho indicam aos gestores que fatores externos são capazes de influenciar a extensão da evidenciação requerida pelos *stakeholders*.

Os resultados mostram que o Canadá possui determinadas características do ambiente institucional (sistemas políticos, financeiro, de educação e de trabalho) com melhores resultados em comparação ao Brasil. Lições aprendidas nesta pesquisa são que: é necessária uma melhor governança política para ampliar a evidenciação das informações de RSC; a facilidade com que as empresas obtém dinheiro no mercado de ações relaciona-se negativamente com a divulgação de informações de RSC; uma baixa qualidade do sistema de

educação conduz as empresas a ampliarem a comunicação com a sociedade; e que uma melhor cooperação entre empregado e empregador contribui para uma maior *disclosure* de RSC. Além disso, empresas que operam em países com uma cultura voltada a aversão à incerteza, coletivista, feminina e com uma maior distância ao poder, devem dar mais atenção a evidenciar práticas socialmente responsáveis.

No entanto, é preciso reconhecer as limitações do estudo, como: o curto período de tempo analisado, em virtude da indisponibilidade de indicadores que apresentam uma longa série temporal; e o pequeno número de organizações pesquisadas. A amostra reduzida deve-se à escolha de pesquisa de estudar especificamente os setores ambientalmente sensíveis e que o número de observações fosse o mais próximo entre os países.

Embora se reconheça as limitações empíricas do trabalho, as empresas e os indicadores foram cuidadosamente escolhidos para representar o Brasil e o Canadá. O estudo demonstra a importância do relacionamento entre a evidenciação de práticas de responsabilidade social corporativa e a ambiente institucional. Estudos comparativos em países desenvolvidos e em desenvolvimento também merecem atenção em pesquisas futuras. O modelo econométrico proposto fornece alguns passos iniciais no sentido de melhorar o entendimento de como o ambiente institucional pode influenciar respostas de RSC.

REFERÊNCIAS

Abreu, M. C. S., Cunha, L. T., & Barlow, C. Y. (2015). Institutional dynamics and organizations affecting the adoption of sustainable development in the United Kingdom and Brazil. *Business Ethics: A European Review*, 24(1), 73-90.

Ali, W., & Rizwan, M. (2013). Factors influencing corporate social and environmental disclosure (CSED) practices in the developing countries: an institutional theoretical perspective. *International Journal of Asian Social Science*, v. 3, n. 3, p. 590-609, 2013.

Baughn, C. C., Bodie, N. L., & McIntosh, J. C. (2007). Corporate social and environmental responsibility in Asian countries and other geographical regions. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 14, 189-205.

Bovaird, T., & Löffler, E. (2003). Evaluating the quality of public governance: indicators, models and methodologies. *International Review of Administrative Sciences*, 69(3), 313-328.

Brookes, M., Brewster, C., & Wood, G. (2005). Social relations, firms and society: a study of institutional embeddedness. *International Sociology*, 20(4), 403-426.

Cheah, E.-T., Jamali, D., Johnson, J. E. V., & Sung M.-C. (2011). Drivers of corporate social responsibility attitudes: the demography of socially responsible investors. *British Journal of Management*, 22(2), 305-323.

Debreceeny, R., Gray, G., & Rahman, A. (2002). The determinants of internet financial reporting. *Journal of Accounting and Public Policy*, 21, 371-394.

Delmas, M. A. (2002). The diffusion of environmental management standards in Europe and in the United States: an institutional perspective. *Policy Sciences*, 35, 91-119.

Dhaliwal, D., Li, O. Z., Tsang, A., & Yang, Y. G. (2014). Corporate social responsibility disclosure and the cost of equity capital: the roles of stakeholder orientation and financial transparency. *Journal of Accounting and Public Policy*, 33, 328-355.

Dimaggio, P. J., & Powell, W. W. (1983). The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American Sociological Review*, 48(2).

El Ghouli, S., Guedhami, O., Kwok, C. C. Y., & Mishra, D. R. (2011). Does corporate social responsibility affect the cost of capital? *Journal of Banking & Finance*, 35, 2388-2406.

Fifka, M. S. (2013). Corporate responsibility reporting and its determinants in comparative perspective: a review of the empirical literature and a meta-analysis. *Business Strategy and the Environment*, 22(1), 1-35.

Fischer, T. M., & Sawczyn, A. A. (2013). The relationship between corporate social performance and corporate financial performance and the role of innovation: evidence from German listed firms. *Journal of Management Control*, 24(1), 27–52.

Góis, A. D., De Luca, M. M. M., & Vasconcelos, A. C. (2015). Determinantes da divulgação dos indicadores de desempenho da GRI nas empresas do Brasil e da Espanha. *Revista Ambiente Contábil*, 7(1), 155 – 175.

Grecco, M. C., M. Filho, M. A., Segura, L., Sanchez, I. M., & Dominguez, L. (2013). The voluntary disclosure of sustainable information: a comparative analysis of Spanish and Brazilian companies. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 7 (17), 45-55.

Greene, W. H. (2002). *Econometric Analysis* (5a ed.). Nova Jérsei: Prentice Hall.

GRI. (2011). Diretrizes para relatórios de sustentabilidade, versão 3.1. Recuperado de <https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Brazilian-Portuguese-G3.1.pdf>

Hofstede, G. H. (1983). National cultures in four dimensions, a research-based theory of cultural differences among nations. *International Studies of Management and Organization*, 13(1-2), 46-74.

Huang, S. K. (2013). The Impact of CEO Characteristics on Corporate Sustainable Development. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 20(4), 234–244.

Idemudia, U. (2011). Corporate social responsibility and developing countries: moving the critical CSR research agenda in Africa forward. *Progress in Development Studies*, 11(1), 1-18.

Ioannou, I., & Serafeim, G. (2012). What drives corporate social performance? The role of nation-level institutions. *Journal of International Business Studies*, 43(9), 834-864.

Jamali, D., & Mirshak, R. (2007). Corporate social responsibility (CSR): theory and practice in a developing country context. *Journal of Business Ethics*, 72(3), 243-262.

Jamali, D., & Neville, B. (2011). Convergence versus divergence of CSR in developing countries: an embedded multi-layered institutional lens. *Journal of Business Ethics*, 102:4, 599–621.

Jia, Y., Lent, L. V., & Zeng, Y. (2014). Masculinity, testosterone, and financial misreporting. *Journal of Accounting Research*, 52(5), 1195–1246.

Jones, M. T. (1999). The Institutional determinants of social responsibility. *Journal of Business Ethics*, 20(2), 163-179.

Kaufmann, D., Kraay, A., & Zoido-Lobaton, P. (1999). Governance matters. [Policy research working paper 2196]. The World Bank.

Kaufmann, D., Kraay, A., & Mastruzzi, M. (2009). Governance matters VIII: aggregate and individual governance indicators 1996-2008. [Policy research working paper 4978]. The World Bank.

Khelif, H., Hussainey, K., & Achek, I. (2015). The effect of national culture on the association between profitability and corporate social and environmental disclosure: a meta-analysis. *Meditari Accountancy Research*, 23(3), 296 – 321.

Katz, J., Swanson, D., & Nelson, L. (2001). Culture-Based Expectations of Corporate Citizenship: A Propositional Framework and Comparison of Four Cultures. *The International Journal of Organizational Analysis*, 9(2), 149–171.

Kolk, A., & Lenfant, F. (2010). MNC reporting on CSR and conflict in Central Africa. *Journal of Business Ethics*, 93, 241–255.

Lattermann, C., Kupke, S., & Schneider, A. M. (2007). Corporate social responsibility and the capabilities based view: a case study of a multinational enterprise. *Revue de l'Organisation Responsable*, 2(3), 18-29.

Lopes Fávero, L. P. (2013). Dados em painel em contabilidade e finanças: teoria e aplicação. *BBR - Brazilian Business Review*, 10(1), 131-156.

Matten, D., & Moon, J. (2008). "Implicit" and "explicit" CSR: a conceptual framework for a comparative understanding of corporate social responsibility. *Academy of Management Review*, 33(2), 404-424.

Michelon, G., Pilonato, S., & Ricceri, F. (2015). CSR reporting practices and the quality of disclosure: An empirical analysis. *Critical Perspectives on Accounting*, 33, 59-78.

Meng, X. H., Zeng, S. X., Shi, J. J., Qi, G. Y., & Zhang, Z. B. (2014). The relationship between corporate environmental performance and environmental disclosure: An empirical study in China. *Journal of Environmental Management*, 145(1), 357-367.

Moon, J., & Shen, X. (2010). CSR in China research: salience, focus and nature. *Journal of Business Ethics*, 94, 613-629.

Muttakin, M. B., Khan, A., & Subramaniam, N. (2015). Firm characteristics, board diversity and corporate social responsibility: evidence from Bangladesh. *Pacific Accounting Review*, 27(3), 353 - 372.

Orij, R. (2010). Corporate social disclosures in the context of national cultures and stakeholder theory. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 23(7), 868-889.

Orlitzky, M., Louche, C., Gond, J.-P., & Chapple, W. (2015). Unpacking the drivers of corporate social performance: a multilevel, multistakeholder, and multimethod analysis. *Journal of Business Ethics*, 126, 1-20.

Ringov, D., & Zollo, M. (2007). The impact of national culture on culture on corporate social performance. *Corporate Governance*, 7(4), 476-485.

Schwab, K., & Sala-i-Martin, X. (2015). The global competitiveness report 2015-2016, Genebra, Suíça, The Global Competitiveness and Risks Team, The World Economic Forum.

Sonaglio, C. M., Zamberlan, C. O., Lima, J. E., & Campos, A. C. (2010). Evidências de desindustrialização no Brasil: uma análise com dados em painel. *Economia Aplicada*, 14(4).

Tang, L., & Li, H. (2009). Corporate social responsibility communication of Chinese and global corporations in China. *Public Relations Review*, 35(3), 199-212.

Tempel, A., & Walgenbach, P. (2007). Global standardization of organizational forms and management practices? What new institutionalism and the business-systems approach can learn from each other. *Journal of Management Studies*, 44(1), 1-24.

The Hofstede Centre. (2015). Country Comparison. Recuperado de <http://geert-hofstede.com/countries.html>

The World Bank. Worldwide Governance Indicators (2015). Recuperado de <http://info.worldbank.org/governance/wgi/index.aspx#home>

Tschopp, D., Wells, S., & Barney, D. (2012). The institutional promotion of corporate social responsibility reporting. *The Journal of Academic and Business Ethics*, 12.

UNDP. Human Development Index (2015). Recuperado de http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdi_series_cartagena.xlsx

van Der Laan, S. (2009). The role of theory in explaining motivation for corporate social disclosures: voluntary disclosures vs 'solicited' disclosures. *Australasian Accounting Business and Finance Journal*, 3(4), 15-29.

Whitley, R. (1999). *Divergent Capitalisms: the social structuring and change of business systems*. Oxford: Oxford University Press.

Whitley, R. (2003). How national are business systems? The role of different state types and complementary institutions in constructing homogenous systems of economic

coordination and control. Workshop on National Business Systems in the New Global Context, Oslo.

Yang, H. H., Graig, R., & Farley, A. (2015). A review of Chinese and English language studies on corporate environmental reporting in China. *Critical Perspectives on Accounting*, 28, 30-48.

Young, S., & Marais, M. (2012). A multi-level perspective of CSR reporting: the implications of national institutions and industry risk characteristics. *Corporate Governance: An International Review*, 20(5), 432–450.